

16 SET 2005

Procuradoria cobra derrubada do Park Fair

JOSEMAR GONÇALVES/09.09.2003

Liminar caiu há cinco meses, mas o galpão continua de pé à beira do Lago

LUIZA MEDEIROS

A Procuradoria-Geral do Distrito Federal está cobrando dos órgãos do governo local a derrubada do galpão Park Fair, erguido irregularmente nas margens do Lago Paranoá, no resort Academia de Tênis. Há cinco meses, a liminar que permitia a permanência da edificação foi derrubada. Na semana passada, a Administração de Brasília recebeu um ofício do órgão questionando por que até hoje o galpão continua de pé.

O Park Fair não tem alvará de construção, nem de funcionamento, e foi construído com características diferentes do projeto original, que previa uma obra com característica temporária. A galpão ainda invade 1,6 mil metros quadrados de área pública, que deveriam ser destinados a um estacionamento.

No entanto, não é de competência da Administração de Brasília fazer a derrubada. O administrador, Clayton Aguiar, explica que o órgão não tem poder de polícia e que a operação de retirada deve ser executada pela Secretaria de Fiscalização e Atividades Urbanas (Sefau).

"Se tivesse poder de polícia já tinha cumprido a decisão judicial para derrubar

esse abuso contra o patrimônio da cidade", afirma ele, que já encaminhou dois pedidos à Sefau para retirar a edificação.

LIMINAR - Em abril, foi publicado no *Diário da Justiça* o acórdão da Segunda Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF), que revoga a liminar que permitia a fixação do Park Fair. Desde 2003, a Administração de Brasília foi impedida judicialmente de derrubar o galpão.

O subsecretário da Sefau, José da Luz, contou que está sendo feito uma perícia técnica no local para identificar qual a melhor forma e os equipamentos que devem ser utilizados para a remoção da obra. Segundo ele, o relatório da perícia deve ser entregue até terça-feira da próxima semana. Ele garantiu que todo tipo de obra irregular tem que ser removida. "Com o resultado da perícia técnica sabemos como proceder na operação. Ainda é cedo para saber se haverá a necessidade de contratar uma empresa especializada para fazer o trabalho", esclarece.

Sobre a demora em cumprir a decisão judicial, José da Luz explica que o trabalho de vistoria é lento, e que há ape-



Entre as irregularidades cometidas na construção do Park Fair está a invasão de 1,6 mil metros quadrados de área pública

nas 15 dias foi feito a primeira visita técnica do órgão para saber a situação do galpão. Ele está ciente da cobrança da Procuradoria-Geral e diz que, com o resultado em mãos, será só uma questão de agenda.

DEFESA - Por outro lado, um dos advogados do resort, Eric Furtado, afirmou que o local não possui mais nenhuma irre-

gularidade. Segundo ele, há dois meses foram refeitas as obras de acordo com as exigências ambientais e urbanísticas. "Derrubamos dois andares de salas de escritório; afastamos o galpão em 30 metros da orla do lago; recuperamos a área degradada. Nos adiantamos e já nos adequamos às condições legais", enfatiza o advogado.

A situação está tão adiantada que o advogado entrou com um pedido de alvará de funcionamento do galpão na Secretaria de Coordenação das Administrações Regionais (Sucar). "Com as modificações feitas, já conseguimos as autorizações ambientais e do Corpo de Bombeiros para manter o empreendimento", diz.

Mas a declaração do advo-

gado não convence Clayton Aguiar. O administrador cita que o Park Fair ainda possui pendengas e que, a cada dia, novas áreas públicas são invadidas. "Mesmo com a ordem judicial em vigor, eles ingressaram com um pedido de alvará. Isso é muita cara de pau. Eles são a República Independente da Academia de Tênis", salienta.